



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

MULHERES NA POLÍTICA

*Exposição organizada pelo Museu
da Câmara dos Deputados mostrando
a trajetória da mulher brasileira na
política.*

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília – 2002

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio de Souza Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Maria Clara Bicudo Cesar*

COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Diretor: *Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho*

COORDENAÇÃO DE ARQUIVO

Diretora: *Inaldo Barbosa Marinho Júnior*

2004, reimpressão.

Trabalho elaborado pela Seção de Museu da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) - CEP 70.160-900

Telefone: (61) 216-5820; fax: (61) 216-5810

E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Cadernos do Museu

n. 1

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Mulheres na política. — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

11 p. : il. — (Série cadernos do Museu ; 1)

Exposição organizada pelo Museu da Câmara dos Deputados mostrando a trajetória da mulher brasileira na política.

1. Mulher na política, Brasil. 2. Mulher, participação política, Brasil. I. Série.

CDU 396.9(81)

MULHERES NA POLÍTICA

A primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império contava com José Bonifácio, que nessa época já defendia o voto para as mulheres diplomadas por escola superior.

Durante a constituinte republicana de 1890, foi apresentada uma emenda concedendo o direito de voto às mulheres. Foi a primeira manifestação em favor de direitos políticos para a mulher. A emenda, de autoria do Deputado Saldanha Marinho e outros, foi rejeitada pois os debates parlamentares careceram de acompanhamento e pressão do movimento feminista.

Em 1910, foi fundado por Leolinda Daltro o Partido Republicano Feminino.

Em 1919, foi fundada a primeira revista feminina: **O Nosso Jornal** sob a direção de Cacilda Martins.

O Congresso Jurídico Brasileiro, em 1922, aprovou por grande maioria a constitucionalidade e a oportunidade do voto feminino. Porém, apenas em 1924, através do Deputado Basílio Magalhães, o Projeto de Lei foi aprovado.

Juvenal Lamartine, candidato a Governador do Rio Grande do Norte, fez uma campanha feminista como parte de sua plataforma de governo. Quando venceu e assumiu o cargo, o federalismo possibilitou que a mulher potiguar pudesse votar e ser votada. Isso aconteceu em 25 de outubro de 1927, sendo que um mês depois Celina Guimarães Vianna tornava-se a primeira eleitora brasileira.

Em 1928, também no Rio Grande do Norte, foi eleita, no município de Lages, pelo Partido Republicano Federal, a primeira prefeita brasileira, Alzira Teixeira Soriano.

Santa Catarina, a primeira negra em todo o Brasil, para o cargo de Deputada, Antonietta de Barros.

Em 3 de outubro de 1950, é eleita Deputada Federal Ivete Vargas do PTB, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Foi reeleita mais quatro vezes e cassada pelo regime militar em 1969. Voltou à Câmara Federal em 1983. Foi a mulher que mais tempo exerceu um mandato parlamentar.



CARLOTA PEREIRA DE QUEIROZ

Nascida em São Paulo, foi a primeira Deputada Federal da América Latina. Durante a Revolução Constitucionalista em 1932, quando o Estado de São Paulo mobilizava-se contra o governo provisório de Getúlio Vargas, Carlota Pereira liderou um grupo de 700 mulheres com o auxílio da Cruz Vermelha para dar assistência aos feridos. A partir desta atitude que lhe conferiu prestígio, Carlota Pereira passou a ter papel importante na política, como a elaboração do primeiro projeto brasileiro sobre a criação de serviços sociais no país. Com o Estado Novo teve seu mandato suspenso.



CÂNDIDA IVETE VARGAS

Gaúcha de São Borja (RS), foi a mulher eleita Deputada pelo maior número de vezes (seis).

Desde a adolescência já escrevia para jornais e, em 1951, com apenas 23 anos, foi eleita Deputada Federal pelo PTB de São Paulo. No seu primeiro mandato destaca-se o projeto de

lei que assegura a estabilidade da mulher no emprego quando em estado de gravidez. Participou de várias eleições, sendo eleita em 1954, 1958 e 1962. Em 1966 fora eleita, mas teve seu mandato cassado com base no AI-5. Em 1982 venceu sua última eleição como Deputada Federal.

BERTHA LUTZ



Na adolescência foi estudar na Europa e retornou ao Brasil em 1918 como bióloga. Tornou-se uma defensora dos direitos da mulher no País. Participou ativamente de vários movimentos em defesa da mulher. Quando já advogada, passou a exercer plenamente a vida política. Bertha Lutz foi nomeada para a Comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição, porém, em 1933, ao candidatar-se a uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte, não se elegeu devido a acusações infundadas. Mesmo com sua carreira parlamentar encerrada em 1937, continuou representando o Brasil em vários encontros mundiais em defesa dos direitos da mulher.

DOCUMENTOS

Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados

Emenda ao Projeto de Constituição de 1891 (art.71, seção II, Declaração de direitos).

Conteúdo: Confere à mulher brasileira o voto.

Autor: Deputado Saldanha Marinho e outros.

Data: Sala das sessões, janeiro de 1891.

Projeto de Lei nº 645, de 1921.

Conteúdo: Permite o alistamento eleitoral às mulheres maiores de 21 anos.

Autores: Deputados Nogueira Penido, Bethencourt da Silva Filho e Octavio Rocha.

Data: Sala das sessões, 30 de novembro de 1921.

Projeto de Lei nº 247, de 1924.

Conteúdo: Concede o direito de voto à mulher, mediante condições que enumera.

Autor: Deputado Basílio Magalhães.

Data: Sala das sessões, 1º de dezembro de 1924.

Documentos relativos à sessão de instalação da Comissão a qual elaborou o anteprojeto de Constituição de 1934

Conteúdo: Destacavam-se o nome de Bertha Lutz e Nathercia da Cunha Silveira como integrantes da comissão constitucional

Data: 09 de novembro de 1932.

Sugestão nº 155 à comissão do anteprojeto da Constituição de 1934.

Conteúdo: Oferecida pela Sra. Alzira Reis Viera Ferreira, sobre serviço social feminino obrigatório, apresentada ao Congresso Internacional Feminista de 1931, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida pela Dra. Bertha Lutz.

Data: Niterói, 07 de dezembro de 1932.

Lista dos candidatos a Deputado para Assembléia Constituinte, por São Paulo, eleitos e diplomados pelo Tribunal Regional.

Data: Sessão de 24 de junho de 1933.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.
Título III – da declaração de direitos.
Capítulo I – dos direitos políticos.
Arts. 108 e 109.
Data: 1934.

Livro de Atas de Sessões
Conteúdo: Ata da 70^ª Sessão da Câmara dos Deputados.
Compromisso e posse da Deputada Bertha Maria Júlia Lutz, suplente convocada para a vaga do Deputado Cândido Pessoa, pelo Estado de São Paulo.
Data: 28 de julho de 1936.

Projeto de Lei nº 353, de 1936.
Conteúdo: Concede à Associação Brasileira de Imprensa um auxílio para a construção da “ Casa do Vendedor de Jornal”
Autor: Deputada Carlota P. de Queiroz e outros.
Data: Sala das sessões, em 5 de outubro 1936.

Projeto de Lei nº 603, de 1936
Conteúdo: Reverte em favor de Rita de Sá Valle a pensão de montepio que D. Sylvia de Sá Valle, mãe da beneficiada, percebia.
Autor: Deputada Bertha Lutz e outros.
Data: Sala das Sessões, em 15 de dezembro 1936.

Projeto de Lei nº 797, de 1951
Conteúdo: Assegura a estabilidade da mulher no emprego, em estado de gravidez, e dá outras providências.
Autor: Deputada Ivete Vargas.
Data: Sala das sessões, em 5 de julho de 1951.

Diploma de Deputado Federal
Conteúdo: Conferido à Deputada Leolina Barbosa de Souza Costa, para posse e exercício do mandato, como representante do Estado da Bahia.
Data: 14 de janeiro de 1955.

Projeto de Lei nº 3.915, de 1958.
Conteúdo: Regula os direitos civis da mulher casada e dá outras providências.
Autor: Deputada Nita Costa.

Data: Sala das sessões, em abril de 1958.

Assentamentos individuais dos Deputados Federais que tiveram seus mandatos parlamentares cassados.

Decreto de 16 de janeiro de 1969:

Cândida Ivette Vargas Tatsch Martins-SP.

Decreto de 12 setembro de 1969:

Júlia Vaena Steinbruch-RJ.

Decreto de 30 setembro de 1969:

Lígia Moelmann Doutel de Andrade-SC

Maria Lúcia Mello de Araújo-AC

Nysia Coimbra Flores Carone-MG.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A mulher potiguar: cinco séculos de presença. [S.l.: s.n.], [2000?]. "Não paginada" il. Bibliografia.

Resolução nº 30, de 2002

Conteúdo: Cria na Câmara dos Deputados um espaço para exposição permanente de fotos das ex-Deputadas Federais.

Assina: Presidente Deputado AÉCIO NEVES

Data: Câmara dos Deputados, 21 de março de 2002.

BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Lúcia. Mulheres na Elite da Política Brasileira: canais de acesso ao poder. Pesquisas nº 06, 1996.

BEZERRA, Teté. A Mulher na política brasileira. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHER, Schuma. Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

JUCOVISKY, Vera Lúcia. Representação Política da Mulher. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira , 2000.

RODRIGUES, João Cascudo. Mulher Brasileira Direitos Políticos e Civis. Fortaleza, 1962.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. Mulher e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Revista Cláudia. Nossas Mulheres: 500 anos fazendo história do Brasil. Ed. Abril, 2000.

Revista Problemas Brasileiros. Mulher: Cidadã de segunda classe. Problemas Brasileiros. Setembro/ outubro 2000.